



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 16366.720310/2017-91
Recurso Voluntário
Acórdão nº 3301-012.463 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 23 de março de 2023
Recorrente FORTALEZA AGROMERCANTIL LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Data do fato gerador: 31/05/2013, 29/04/2016

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO (DCOMP). NÃO HOMOLOGAÇÃO. CRÉDITO FINANCEIRO INCERTO E ILÍQUIDO. MULTA ISOLADA. CABIMENTO.

A não homologação de Dcomp, em face da incerteza e iliquidez do crédito financeiro declarado/compensado, sujeita o contribuinte à multa regulamentar isolada, nos termos da legislação tributária vigente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao Recurso Voluntário. Vencidos os Conselheiros Laércio Cruz Uliana Junior, Lara Moura Franco Eduardo e Juciléia de Souza Lima, que davam provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe - Presidente

(documento assinado digitalmente)

José Adão Vitorino de Moraes – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Jose Adão Vitorino de Moraes, Laércio Cruz Uliana Júnior, Lara Moura Franco Eduardo (suplente convocada), Juciléia de Souza Lima, Marcos Antônio Borges (suplente convocado), Sabrina Coutinho Barbosa, Semíramis de Oliveira Duro, Rodrigo Lorenzon Yunan Gassibe (Presidente). Ausente o conselheiro Ari Vendramini, substituído pela conselheira Lara Moura Franco Eduardo.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra decisão da DRJ08 que julgou improcedente a impugnação apresentada contra o lançamento de multa isolada, decorrente da não homologação e/ ou homologação parcial de Declarações de Compensação (Dcomp), objeto do processo administrativo nº 10930.901731/2014-31.

O lançamento decorreu da não homologação da compensação dos débitos declarados, nas Dcomp listadas no Termo de Verificação de Infração, parte integrante do Auto de Infração, e teve como fundamento o art. 74, § 17, da Lei nº 9.430/96.

Intimado do lançamento, o contribuinte impugnou-o, alegando razões assim resumidas por aquela DRJ:

- a multa não deveria ter sido imposta em razão da revogação do §15 do art. 74 da Lei n.º 9.430, de 1996, que dava sustentação ao §17 na data do envio das declarações; assim, em razão da aplicação retroativa da lei mais benéfica que deixa de considerar determinado fato como infração, conforme art. 106, II, 'a' do CTN, qualquer imposição fundada no §17 do art. 74 da Lei n.º 9.430, de 1996, só pode ser exigida em relação a fatos ocorridos após 08/10/2014 em razão da redação que lhe foi conferida pela MP n.º 656, de 2014, convertida na Lei n.º 13.097, de 2015; como a transmissão do pedido de crédito foi efetuada em 19/04/2012, incabível a aplicação da penalidade;
- além disso, a aplicação da penalidade viola o art. 97, do CTN, o qual determina que somente lei ordinária poderá instituir penalidades às infrações contrárias a seus dispositivos; a multa administrativa em discussão, não tendo natureza moratória, somente poderia ser imposta em caso de infração aos dispositivos legais; todavia não é o que ocorre, pois o contribuinte somente exerceu seu regular direito de petição garantido pelas Leis n.º 10.637, de 2002, n.º 10.833, de 2003, e n.º 9.784, de 1999, não podendo ser punida pelo fato de a Administração julgar que não existe o direito ao crédito;
- a multa, ainda que fosse legal sua aplicação, somente poderia ser imposta após o julgamento definitivo dos pedidos de ressarcimento;
- por último, a multa é incabível porque, como se discute na manifestação interposta contra o despacho decisório, as glosas que reduziram o direito de crédito são equivocadas.

Analisada a impugnação, a DRJ julgou-a improcedente, nos termos do acórdão, assim ementado:

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Data do fato gerador: 31/05/2013, 29/04/2016

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. MULTA ISOLADA.

Aplica-se multa isolada sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada.

Intimada dessa decisão, a recorrente interpôs Recurso Voluntário requerendo a sua reforma, para que seja cancelada a multa isolada, alegando em síntese que a aplicação dessa multa é ilegal por violar o art. 97, inciso V, do CTN; que essa multa não tem natureza moratória e somente poderia ser imposta em caso de infração aos dispositivos legais, o que não ocorreu no presente caso; apenas exerceu seu direito de petição, garantido pelas leis n.ºs 10.637/2002; 10.833/2003 e 9.784/99; além disto, as glosas que lhe deram origem são equivocadas e serão afastadas.

Em síntese, é o relatório.

Voto

Conselheiro José Adão Vitorino de Moraes, Relator.

O Recurso Voluntário interposto pela recorrente atende aos requisitos do artigo 67 do Anexo II do RICARF; assim dele conheço.

O lançamento em discussão decorreu da não homologação da compensação dos débitos tributários declarados, nas Dcomp listadas no Termo de Verificação de Infração, parte integrante do Auto de Infração.

A exigência da multa teve como fundamento o § 17 do art. 74, da Lei n.º 9.430/96, com as alterações posteriores, in verbis:

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão. (Redação dada pela Lei n.º 10.637, de 2002)

§ 1º A compensação de que trata o caput será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados. (Redação dada pela Lei n.º 10.637, de 2002)

§ 2º A compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação. (Redação dada pela Lei n.º 10.637, de 2002)

(...);

§ 15. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do crédito objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido. (Incluído pela Lei n.º 12.249, de 2010) (Revogado pela Medida Provisória n.º 656, de 2014).

(...).

§ 17. Aplica-se a multa prevista no § 15, também, sobre o valor do crédito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (Incluído pela Lei n.º 12.249, de 2010)

§ 17. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (Incluído pela Medida Provisória n.º 656, de 2014)

§ 17. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (Redação dada pela Lei n.º 13.097, de 2015).

§ 18. No caso de apresentação de manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação, fica suspensa a exigibilidade da multa de ofício de que trata o § 17, ainda que não impugnada essa exigência, enquadrando-se no disposto no inciso III do art. 151 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

No presente caso, os fatos geradores da multa isolada em discussão ocorreram nas datas de transmissão das Dcomp não homologadas.

Segundo prova a redação do § 17 c/c o § 15, ambos incluídos no art. 74 da Lei n.º 9.430/96, pelo art. 62 da Lei n.º 10.249/2010 (MP n.º 472/2009), a multa isolada de 50,0 % do valor do débito, objeto de compensação não homologada, deve ser aplicada, para os fatos geradores ocorridos a partir de 16 de dezembro de 2009, data em que entrou em vigor o art. 62 da Lei n.º 10.249/2010, conversão da MP n.º 472/2009.

O percentual de 50,0 % foi mantido na redação do § 17, determinada pela Lei n.º 13.097, de 2015. A hipótese de incidência da norma de sanção tributária permanece a mesma,

qual seja, a não homologação de compensação declarada, não havendo que se falar em revogação da previsão da sanção no período em que vigorou a redação anterior do § 17, antes da alteração promovida pela MP 657/2014 que revogou a previsão do § 15.

Segundo o disposto no § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/96, a multa isolada, no percentual de 50,0 % do débito tributário declarado em Dcomp, cuja compensação não foi homologada pela Autoridade Administrativa competente, será exigida, independentemente, da boa-fé do contribuinte e da ocorrência ou não dolo.

O CTN, em seu art. 136, prevê que a responsabilidade por infração da legislação tributária independe a intenção do agente, assim dispondo:

Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

No presente caso, o contribuinte infringiu o art. 74 da Lei nº 9.430/96, ao efetuar a compensação de crédito financeiro incerto e ilíquido contra a Fazenda Nacional, com débitos tributários vencidos. Este dispositivo prevê a compensação de crédito financeiro passível de restituição e/ ou ressarcimento, ou seja, de crédito certo e líquido.

Quanto à alegação de que a aplicação dessa multa é ilegal por violar o art. 97, inciso V, do CTN, ao contrário do entendimento da recorrente, sua exigência está fundamentada em lei vigente, conforme demonstrado na Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal do Auto de Infração.

Em relação às Leis nºs 10.637/2002; 10.833/2003, estas apenas preveem a compensação de saldo credor trimestral de créditos do PIS e da Cofins, descontados dos custos de insumos utilizados na prestação de serviços ou na produção de bens destinados à venda e de despesas expressamente elencadas no seu art. 3º. Contudo, a compensação de tal saldo credor está condicionada à certeza e liquidez do valor declarado/compensado, conforme previsto na Lei nº 9.430/9, art. 74. A Lei nº 9.784/99 não trata de compensação.

Em face do exposto, nego provimento ao Recurso Voluntário do contribuinte, mantendo, contudo, suspensa a exigibilidade da multa isolada, até a decisão definitiva no processo administrativo nº 10930.901731/2014-31 que trata das Dcomp, quando então deverá ser exigida, levando-se em conta a decisão naquele processo.

(documento assinado digitalmente)

José Adão Vitorino de Moraes